



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

**MATRIZ DE RISCOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS RELATIVOS À IMPLANTAÇÃO DE 70 UNIDADES DO "SISTEMINHA" - SISTEMA INTEGRADO PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS - EM COMUNIDADES RURAIS DIFUSAS LOCALIZADAS EM MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF NO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Item	Risco	Definição	Alocação (Codevasf, Contratada ou Compartilha da)	Impacto (Alto, médio ou baixo)	Probabilidade (frequente, provável, ocasional, remota ou improvável)	Medidas, procedimentos ou mecanismos para minimizar o risco
01	Atraso no início dos serviços objeto do contrato decorrente da montagem do canteiro de obras.	Os serviços não foram iniciados decorrente da inércia da contratada em realizar a mobilização e instalar o canteiro de obras.	Contratada	Médio	Ocasional	A Contratada deverá arcar com as consequências de sua inércia podendo inclusive vir a ser multada dependendo do descumprimento do cronograma pactuado.
02	Obra embargada por fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego devido descumprimento da Legislação Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.	A falha na gestão da obra levou ao cometimento de falhas, erros ou ilícitos que resultaram no embargo da obra por parte do fiscal do trabalho.	Contratada	Médio	Ocasional	A Contratada deverá apresentar ao órgão notificador as necessárias defesas e promover a liberação do empreendimento devendo arcar com os ônus do processo e multas decorrentes.
03	Ocorrência de acidentes envolvendo operários e terceiros durante o fornecimento dos materiais e dos serviços, de transporte, construção, montagem, manutenção, desmontagem e remoção de material ou equipamentos.	Decorrente da execução do objeto do contrato ocorreu acidente ou danos a profissional ou terceiros que levaram a custo de recuperação, indenização ou reparação.	Contratada	Baixo	Ocasional	A contratada deverá diligenciar junto aos órgãos administrativos para o atendimento das condicionantes para a liberação da serviços bem como deverá assumir o custo resultante do acidente não cabendo a indicação da Codevasf como parte da demanda.
04	Necessidade de abertura de caminhos necessários ao transporte de materiais a serem usados na obra.	Dados de campo indicaram a necessidade de abertura de caminhos de acesso à execução da obra.	Contratada	baixo	Improvável	Os serviços necessários para dá acesso ao local de execução de serviço não estão previstos em planilha orçamentária, e necessariamente deveriam ser observados pela contratada no momento de apresentação de preço para sua contratação.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª Superintendência Regional - Pernambuco**

05	Demora na liberação de licenças ou alvará municipal para início da construção	Quando da solicitação de da licença para construção junto a prefeitura de município onde a unidade será executada vir a ocorrer demora na emissão da documentação ou alvará	compartilhado	Baixo	Improvável	Contratada deverá diligenciar junto aos órgãos municipais, atendendo as exigências e fornecendo os documentos exigidos pela municipalidade, todavia caso algum destes estejam com a Codevasf esta deverá fornecer os documentos necessários para a instrução do processo e caso o motivo do atraso deve-se em decorrência de não atendimento pela Codevasf na época da construção esta deverá atender as referidas condicionantes.
06	Necessidade de ter que uso de explosivo para escavação de solo não previsto pelo projeto	Não foi previsto em planilha orçamentária a necessidade de utilização de explosivo, todavia durante a execução do serviço verifica-se a necessidade deste serviço	Codevasf	Baixo	Improvável	A Contratada deve apresentar a solicitação de aditivo com justificativas, valores e Plano de Fogo seguindo as normas e regulamentações do órgão pertinente, para apreciação e aprovação da fiscalização e posterior instrução de processo.
07	Dificuldade para prover de fonte de energia ou geradora de energia para execução da obra.	Durante a execução do serviço a contratada teve dificuldades em conseguir uma ligação provisória junto a CELPE para acionamento das máquinas e equipamentos necessários para a execução do objeto do contrato.	Contratada	Médio	Remota	Os custos relativos ao fornecimento de energia estão inclusos no custo unitário deste serviço, bem como o fornecimento de todos os materiais necessários à instalação dos dispositivos de fornecimento de energia, neste caso a Contratada deverá buscar outra fonte de energia para acionamento dos equipamentos.
08	Resultados dos corpos de provas moldadas no mesmo ato da corretagem, apresenta resistência inferior ao especificado no projeto.	Quando da realização de ensaios os resultados não foram compatíveis com o especificado em projeto	Contratada	Médio	Remota	Como em todos os casos em que o serviço executado pela contratada esteja fora do especificado a contratada deverá promover o desfazimento do serviço e sua imediata reconstrução devendo assumir todos os ônus do erro.
09	Notificação pelo CREA devido a falta de placas de sinalização, registro da obra, do engenheiro da obra ou profissionais vinculados ao conselho	Caso venha ocorrer o embargo da obra pelo CREA decorrente de descumprimento de obrigações da construtora ou de profissionais ligados à construtora em relação ao órgão de classe.	Contratada	Médio	Remota	Deverá a contratada diligenciar junto ao órgão atuador para atendimento das exigências e liberação da obra, devendo arcar com os ônus da infração, não cabendo aditivo de prazo por este motivo.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª Superintendência Regional - Pernambuco**

10	Falta de insumos ou produto no mercado necessários à execução da obra	Possibilidade de falta no mercado local ou regional de produtos e insumos, previsto em planilha e necessários a execução da obra	Contratada	Médio	Ocasional	A Cessionária deverá diligenciar junto ao comércio para aquisição dos produtos ou na impossibilidade substituir por outro similar com qualidade igual ou superior.
11	Falta de mão de obra qualificada para operação de equipamento ou para execução de serviços na obra.	Dificuldade da contratada em conseguir profissionais com habilidade para trabalhar na execução do objeto contrato, gerando dificuldade para atendimento ao cronograma.	Codevasf	Baixo	Improvável	A Contratada deverá promover meios para capacitação ou/e formação de profissionais da região para atendimento das necessidades de sua planta industrial ou buscar em outro mercado.
12	Falta no mercado de empresa ou laboratório para realização dos ensaios necessários à comprovação da qualidade dos serviços.	A contratada não consegue fornecer os laudos, atestados ou comprovações da qualidade dos serviços executados em decorrência de inexistência de instituição capaz de realizar os ensaios.	Contratada	Baixo	Ocasional	Este é uma das razões para promover estudo de mercado para entrar na atividade, neste caso a contratada deverá buscar novos fornecedores em outro mercado haja vista que os laudos fazem parte do serviço ou insumo que não devem ser medidos em decorrência da ausência de laudos.
13	Desistência do contratado em continuar com o contrato.	A contratada decide não dá continuidade a execução das obras e serviços objeto do contrato.	Cessionária	Alto	Ocasional	Neste caso, por não ter realizado ou ter realizado com falha os estudos de mercado para entrar na atividade, caberá à contratada arcar com os ônus da quebra de contrato, mediante pagamento de multa.
14	Atraso no pagamento das medições por inércia da Codevasf	Ocorrência de fatores que levam a contratante a não adimplir eventualmente uma ou algumas parcelas referentes a contrapartida pelos serviços executados.	Codevasf	Baixo	Ocasional	A contratada deverá demonstrar o tamanho do dano e solicitar o ressarcimento por parte da Codevasf
15	Atraso no pagamento das medições por falha na entrega dos documentos do BM pela contratada.	Ocorrência de fatores que levam a Codevasf a não adimplir eventualmente uma ou algumas medições em decorrência de erro da contratada.	Contratada	Baixo	Ocasional	Por não ter realizado ou ter realizado com falha a promoção dos documentos necessários para o andamento do processo de medição, a contratada deverá assumir os ônus de sua ação, não fazendo jus aos juros de mora e devendo arcar com multas decorrentes do atraso.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª Superintendência Regional - Pernambuco**

16	Falta de material ou serviço necessários à execução do serviço e não previsto no projeto ou na planilha	Durante a execução do contrato foi verificado a inexistência de previsão na planilha orçamentária de insumos ou serviços necessários a execução dos serviços objeto do contrato.	Codevasf	Médio	Ocasional	A Contratada deverá apresentar a Codevasf a lista de serviços ou insumos não existentes em orçamento e necessários a conclusão dos serviços, apresentado as razões, de forma fundamentada, munidos de orçamentos e solicitando o aditivo e a dilatação do prazo da obra. A Codevasf, após avaliação, por parte da fiscalização, da veracidade e impacto dos fatos alegados, proporá o aditivo ao prazo de carência.
17	O prazo previsto em contrato para a execução da obra foi insuficiente	Por motivos aleatórios ou não previsto no processo de licitação o tempo indicado para a execução do objeto contrato foi insuficiente para execução de todos os serviços	Compartilhada	Alto	Remoto	A Contratada deverá apresentar a Codevasf as razões da não conclusão dos serviços, apresentando as razões, de forma fundamentada a dilatação do prazo de vigência do contrato. A Codevasf, após avaliação, por parte da fiscalização, da veracidade e impacto dos fatos alegados, proporá o aditivo ao prazo de carência.
18	Cometimento de dano ou crime ambiental por parte do contratada	Durante fornecimento dos produtos ou a implantação ou operação do sistema a Contratada, por culpa ou dolo, cometer dano ou crime ambiental que leva a suspensão ou paralisação da obra, serviço ou da operação da planta industrial.	Contratada	Alto	Remoto	Uma das formas de minimizar este risco é a contratação de seguro ambiental. Todavia, em caso de ocorrência do fato, a cessionária deverá responder pelo dano ou crime ambiental causado, não cabendo a inclusão da Codevasf no polo passivo da demanda ambiental. Dependendo da gravidade do ato a Codevasf poderá multar a cessionária e/ou rescindir o termo de cessão.
19	O valor adotado como referência para a execução de serviços ou fornecimento de insumo e inferior ao do mercado, não aparecendo empresa para concorrer ao certame licitatório	No caso de não existência de pessoas físicas ou jurídicas com interesse em participar da licitação decorrente do valor adotado para o pagamento da contrapartida ser inadequado, o que torna inexecutável a administração do negócio.	Codevasf	Alto	Ocasional	Neste caso será necessário a reavaliação do valor da contrapartida e realização de um novo certame licitatório com condições mais adequadas à realidade do mercado.
20	Índice de reajustamento indicado no contrato parou de ser informado pela instituição	Ação política ou econômica leva à extinção do índice de reajuste indicado no contrato e não indica	Compartilhada	Baixo	Improvável	Neste caso as partes deverão negociar um novo índice que será adotado como base de reajuste, este procedimento resultará em um



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª Superintendência Regional - Pernambuco**

	responsável pela publicação, impossibilitando a indicação do índice a ser utilizado no reajustamento	outro índice que deve ser utilizado para reajustamento dos contratos.				aditivo ao contrato
21	A taxa de reajustamento realizado pelos índices indicados no contrato é insuficiente para remunerar a execução da obra contratada.	Ocorrência de fatores que levam ao reajuste do valor do contrato de acordo com os índices indicados no instrumento contratual, mesmo assim o nível de reajuste foi insuficiente para compensar a contratada pelo valor da obra.	Contratada	Baixo	Remoto	Neste caso, em tese, caberá à cessionária arcar com os ônus do aumento, visto que este é um risco do negócio. Todavia caso este aumento seja derivado de causa como fato do príncipe ou outro fator previsto na legislação vigente, poderá as partes compor, realizando aditamento do contrato.
22	Fatores climáticos e hídricos comprometem o andamento do cronograma de execução das atividades no canteiro de obra.	A ocorrência de problemas climáticos que levam ao serviço a parar por falta de matéria prima, inadequado do ambiente ou dos materiais posto em obra.	Contratada	Médio	Ocasional	Os locais de execução do objeto estão localizados em uma região semiárida onde os períodos de seca são comuns, logo este deve ser um dos elementos que devem fazer parte do estudo de mercado que os concorrentes devem realizar para entrar na atividade, logo estes fatos devem ser absolvidos pela contratada, só sendo passível de justificativa se as incidências de chuvas forem fora do previsível.
23	Variação cambial do dólar	A variação cambial compromete a operação do abatedouro frigorífico ao ponto de prejudicar sua viabilidade econômica.	Contratada	Médio	Provável	Contratar um seguro cambial. Contratos e/ou atividades sujeitos à variação de moeda estrangeira podem ser protegidos por operações de hedge e, portanto, não podem ser causa para reequilíbrio contratual.
24	Greve dos meios de transportes	Uma possível ocorrência de movimento grevista no setor de transporte impedindo a chegada e saída de insumos ao canteiro de obras, prejudicando a operação do canteiro de obras	Compartilhada	Alto	Remoto	Neste caso é possível pleitear o aditamento do contrato por período igual ao tempo de duração do movimento paredista
25	Falta de recursos para execução do contrato	Falta de recurso financeiros para iniciar ou contratar a execução do objeto de instrumento contratual	Codevasf	Médio	Ocasional	Caso não exista recursos para contratação da obra a Codevasf não realizará a celebração do contrato, todavia se durante a execução do contrato ocorre a falta de recurso a Codevasf deverá fazer a medição



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª Superintendência Regional - Pernambuco**

						dos serviços realizados e efetuar o pagamento.
26	Aumento dos custos de fretes acima da inflação.	Aumento das tabelas de fretes e diesel vindo a resultar em dificuldades de funcionamento do empreendimento.	Contratada	Médio	Ocasional	A Contratada deverá arcar com os custos tendo em vista que esta eventualidade é um risco do negócio
27	Greve Coletivas de trabalhadores	Ocorrência de movimento grevista relacionados aos trabalhadores da obra, levando a paralisação dos serviços e resultando no atraso do cronograma.	Contratada	Baixo	Frequente	Este fato não enseja a ocorrência de aditivo de prazo.
28	Dano na estrutura da edificação vizinha ou bens de terceiros por profissional relacionado com a contratada	A ocorrência de fatos envolvendo profissional relacionado com a Contratada que venha a provocar danos ao bem da Codevasf ou de terceiros enquanto estiver na guarda da Contratada.	Contratada	Médio	Ocasional	Necessariamente deve ser realizada a aquisição de um seguro de bens para proteção do patrimônio da Codevasf, lembrando que neste caso, a obrigação de conservação e preservação do patrimônio da Codevasf é da empresa Cessionária.
29	Roubo ou furto vultoso de material, equipamentos e insumos no canteiro de obra	Ocorrência de roubo ou furto de equipamentos do canteiro de obras durante a execução do contrato, acorrentando atraso no cronograma de execução.	Contratada	Baixo	Remota	O objeto do contrato está sobre o domínio da contratada até a lavratura do termo de entrega definitiva, a guarda, manutenção, segurança e cuidado são de inteira responsabilidade da contratada.
30	Necessidade de alteração do prazo do contrato em decorrência de fato superveniente ao conhecimento.	Necessidade de aprovação pela Codevasf da alteração no prazo do contrato em decorrência de fatos imprevisíveis ao de difícil previsibilidade ao termo pactuado.	Compartilhada	Baixo	Ocasional	A contratada deverá fundamentar sua solicitação com elementos factuais e jurídicos que possibilitem a realização do aditivo, caso o fato que encerrou ao pleito esteja amparado pela legislação vigente, as partes pactuaram e o prazo poderá ser aditado.
31	Greve do setor de tributos impedindo a chegada de material para execução do serviço objeto do contrato.	Uma possível ocorrência de movimento grevista na receita estadual ou federal que impeça a chegada de insumos para obra retardando a execução do serviço.	Compartilhada	Médio	Remota	Neste caso é possível pleitear o aditamento do contrato por período igual ao tempo de duração do movimento paredista
32	Lockdown.	Paralisação da cidade, região ou país levando a paralisação das atividades do parque fabril.	Compartilhada	Alto	Remota	Neste caso é possível pleitear a paralisação temporária ou aditivo do contrato por período igual ao tempo de duração do



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª Superintendência Regional - Pernambuco**

						movimento paredista.
33	Alterações Tributárias	Mudança na legislação tributária que altere os valores.	Compartilhada	Médio	Remota	Aditivo para reequilíbrio econômico-financeiro ao contrato.
34	Férias Coletivas	Férias coletivas do fabricante ou fornecedor.	Contratada	Baixo	Frequente	Não será permitido aditivo de prazo em concorrência deste tipo de evento.

**ANEXO DA MATRIZ DE RISCOS – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

Na inexistência de outra regra contratual, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento da contrapartida por parte da contratada o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.





**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª Superintendência Regional - Pernambuco**

Petrolina - PE, 21 de fevereiro de 2024

**DE ACORDO:**

**Ivonaldo de Sousa Lacerda**  
Analista em Desenvolvimento Regional  
3ª GRR/UDT

**Felipe Eduardo Soares de Andrade**  
Analista em Desenvolvimento Regional  
Chefe da 3ª GRR/UDT

**Gildemar de Oliveira Santos**  
Analista em Desenvolvimento Regional  
Gerente da 3ª GRR

---

**APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE**  
**Edilázio Wanderley de Lima Filho**  
**Superintendente Regional da 3ª SR da CODEVASF**